



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista do Ministério Público
Especialidade Administração

Nome do Candidato

Caderno de Prova, Cargo B02, Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Instruções: Para responder às questões de números 1 a 10, considere o texto a seguir.

Jornalismo e universo jurídico

É frequente, na grande mídia, a divulgação de informações ligadas a temas jurídicos, muitas vezes essenciais para a conscientização do cidadão a respeito de seus direitos. Para esse gênero de informação alcançar adequadamente o público leitor leigo, não versado nos temas jurídicos, o papel do jornalista se torna indispensável, pois cabe a ele transformar informações originadas de meios especializados em notícia assimilável pelo leitor.

Para que consiga atingir o grande público, ao elaborar uma notícia ou reportagem ligada a temas jurídicos, o jornalista precisa buscar conhecimento complementar. Não se trata de uma tarefa fácil, visto que a compreensão do universo jurídico exige conhecimento especializado. A todo instante veem-se nos meios de comunicação informações sobre fatos complexos relacionados ao mundo da Justiça: reforma processual, controle externo do Judiciário, julgamento de crimes de improbidade administrativa, súmula vinculante, entre tantos outros.

Ao mesmo tempo que se observa na mídia um grande número de matérias atinentes às Cortes de Justiça, às reformas na legislação e aos direitos legais do cidadão, verifica-se o desconhecimento de muitos jornalistas ao lidar com tais temas. O campo jurídico é tão complexo como alguns outros assuntos enfocados em segmentos especializados, como a economia, a informática ou a medicina, campos que também possuem linguagens próprias. Ao embrenhar-se no intrincado mundo jurídico, o jornalista arrisca-se a cometer uma série de incorreções e imprecisões linguísticas e técnicas na forma como as notícias são veiculadas. Uma das razões para esse risco é lembrada por Leão Serva:

Um procedimento essencial ao jornalismo, que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra, é a redução das notícias a paradigmas que lhes são alheios, mas que permitem um certo nível imediato de compreensão pelo autor ou por aquele que ele supõe ser o seu leitor. Por conta desse procedimento, noticiários confusos aparecerão simplificados para o leitor, reduzindo, conseqüentemente, sua capacidade real de compreensão da totalidade do significado da notícia.

(Adaptado de Tomás Eon Barreiros e Sergio Paulo França de Almeida. <http://jus2.uol.com.br.doutrina/texto.asp?id=1006>)

1. Uma das razões para a dificuldade de se veicularem notícias atinentes ao campo jurídico está

- (A) no frequente equívoco de considerar um assunto eminentemente técnico como questão de interesse público.
- (B) na improbidade de jornalistas que se dispõem a pontificar em assuntos que lhes são inteiramente alheios.
- (C) na inexistência de técnicas de comunicação adequadas à abordagem de temas que exigem conhecimento especializado.
- (D) no baixo interesse que os temas desse campo do conhecimento costumam despertar no público leigo.
- (E) na problemática tradução da linguagem do mundo da Justiça para uma linguagem que o leigo venha a compreender.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A expressão *buscar conhecimento complementar* sugere, no contexto do 2º parágrafo, a necessidade de atribuir aos juristas mais eminentes a tarefa de divulgar notícias do mundo jurídico.
- II. No segmento que *também* possuem linguagens próprias (parágrafo 3º), a palavra sublinhada assinala que a imprensa dispõe, como outros campos da mídia, de uma linguagem específica.
- III. Na expressão *ao embrenhar-se no intrincado mundo jurídico* (parágrafo 3º), os dois termos sublinhados dão ênfase ao risco de desnorтеio que oferece uma matéria específica ao jornalista que pretende simplificá-la.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

3. O trecho citado de Leão Serva ressalta o fato de que

- (A) as características do jornalismo levam muitos profissionais da imprensa a submeter uma matéria específica a paradigmas de outra área.
- (B) a profissão de jornalista leva o homem de imprensa a se familiarizar com paradigmas que norteiam outros campos de atuação.
- (C) a investigação de assuntos muito específicos faz com que o jornalista descure dos paradigmas de seu próprio campo de atuação.
- (D) os jornalistas são levados à incompreensão de muitos fatos quando se limitam aos paradigmas próprios do universo desses fatos.
- (E) a inobservância dos paradigmas da imprensa leva muitos jornalistas a simplificarem excessivamente a complexidade da matéria de que tratam.



4. Ainda no trecho de Leão Serva, a expressão *Por conta desse procedimento* pode ser substituída, sem prejuízo para a correção e o sentido da passagem, por:
- (A) A par deste procedimento.
 (B) Tendo por alvitre o mesmo procedimento.
 (C) No influxo de tal procedimento.
 (D) Em que pese a esse procedimento.
 (E) Conquanto seja considerado o procedimento.
-
5. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) Sempre haverá de ocorrer deslizos, ao se transpor para a linguagem do dia-a-dia o vocabulário de um campo técnico.
 (B) Cabe aos jornalistas transformar informações especializadas em notícias assimiláveis pelo grande público.
 (C) Restam-lhes traduzir assuntos especializados em palavras que os leigos possam compreender já à primeira leitura.
 (D) Exigem-se dos jornalistas que mostrem competência e flexibilidade na passagem de uma linguagem para outra.
 (E) Não são fáceis de traduzir em palavras simples um universo linguístico tão especializado como o de certas áreas técnicas.
-
6. *Ao mesmo tempo que se observa na mídia um grande número de matérias atinentes às Cortes de Justiça, às reformas na legislação (...)*
- NÃO** se mantém o emprego de às, no segmento acima, caso se substitua *atinentes* por
- (A) pautadas.
 (B) alusivas.
 (C) concernentes.
 (D) referentes.
 (E) relativas.
-
7. Traduz-se de modo claro, coerente e correto uma ideia do texto em:
- (A) Em sua citação, Leão Serva propõe que a incompreensibilidade de muitas matérias jurídicas na imprensa deve-se ao procedimento redutor que leva um jornalista a incapacitar-se para aprender a totalidade da notícia.
 (B) A complexidade do universo jurídico é de tal ordem, tendo em vista a alta especialização de seu vocabulário, razão pela qual um jornalista vê-se em apuros ao traduzir-lhe.
 (C) Não apenas o campo jurídico: também outras áreas, como a economia ou a medicina, onde se dispõem de termos específicos, suscitam sérios desafios à linguagem jornalística.
 (D) Há matérias especializadas que exigem dos jornalistas uma formação complementar, para que possam traduzir com fidelidade os paradigmas dessas áreas.
 (E) Sem mais nem porque, alguns jornalistas passam a considerar-se aptos na abordagem de assuntos especializados, daí advindo de que muitas de suas matérias desvirtuam a especificidade original.
-
8. Transpondo-se para a voz passiva o segmento *Para esse gênero de informação alcançar adequadamente o público leitor leigo*, a forma verbal resultante será
- (A) vier a alcançar.
 (B) tenha alcançado.
 (C) fosse alcançado.
 (D) tenha sido alcançado.
 (E) ser alcançado.
-
9. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Haverá alteração de sentido caso se **suprimam** as vírgulas do segmento *Um procedimento essencial ao jornalismo, que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra, é a redução das notícias (...)*.
- II. Ainda que opcional, seria desejável a colocação de uma vírgula depois da expressão *Ao mesmo tempo*, na abertura do 3º parágrafo.
- III. Na frase *Não se trata de uma tarefa fácil, visto que a compreensão do universo jurídico exige conhecimento especializado*, pode-se, sem prejuízo para o sentido, substituir o segmento sublinhado por **fácil: a compreensão**.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, somente.
 (B) I, II e III.
 (C) I e III, somente.
 (D) I e II, somente.
 (E) II e III, somente.
-
10. A flexão dos verbos e a correlação entre seus tempos e modos estão plenamente adequadas em:
- (A) Leão Serva não hesitou em identificar um procedimento habitual do jornalismo, a “redução das notícias”, como tendo sido o responsável por equívocos que vierem a tolher a compreensão da matéria.
 (B) Seria preciso que certos jornalistas conviessem em aprofundar seus conhecimentos na área jurídica, para que não seguissem incorrendo em equívocos de informação.
 (C) Se um jornalista decidir pautar-se pela correção das informações e se dispor a buscar conhecimento complementar, terá prestado inestimável serviço ao público leitor.
 (D) Todo equívoco que sobrevir à precária informação sobre um assunto jurídico constituiria um desserviço aos que desejarem esclarecer-se pelo noticiário da imprensa.
 (E) As imprecisões técnicas que costumam marcar notícias sobre o mundo jurídico deveriam-se ao fato de que muitos jornalistas não se deteram suficientemente na especificidade da matéria.



Instruções: Para responder às questões de números 11 a 15, considere o texto a seguir.

A teoria unificada

Os físicos vivem atrás de uma teoria unificada do Universo que explique tudo. Todo o mundo persegue a tal teoria unificada, ou unificadora, por trás de tudo. Só varia o tudo de cada um. As religiões têm suas teorias unificadas: são suas teologias. Diante de um religioso convicto você está diante de alguém invejável, alguém que tem certeza, que chegou na frente da ciência e encerrou a sua busca. A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade – os deuses semi-humanos e convivas da Antiguidade, as deduções empíricas da ciência primitiva – e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples, do diverso para o único. Só que o monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara.

A teoria unificadora não requer esforço, é justamente um pretexto para não pensar. (...) No fundo, o que nos atrai não é a explicação unificadora. Pode ser a teoria mais fantástica, não importa. O que nos atrai é a simplicidade. O melhor de tudo é a desobrigação de pensar.

(Luis Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 59-60)

11. O escritor Luis Fernando Veríssimo, com o humor que caracteriza seus textos, justifica a busca de uma teoria unificada
- (A) pela inspiração das religiões monoteístas, que possibilitaram a revelação de um monodeus da ciência.
 - (B) pela liberdade que os homens pretendem desfrutar em suas formulações particularizadas sobre a vida.
 - (C) pelo postulado do menor esforço, já que a unificação implica uma simplificação da totalidade.
 - (D) pela inspiração que as ciências primitivas constituíram para a evolução das religiões monoteístas.
 - (E) pelo postulado do menor esforço, de que resultam as deduções empíricas das ciências primitivas.

12. Da leitura do texto deduz-se que, para o autor,
- (A) a teoria mais fantástica costuma despertar mais interesse que a teoria simplificada dos teólogos.
 - (B) as teologias, ao contrário dos estudos científicos, já estabeleceram uma teoria unificadora.
 - (C) as religiões que cultuavam os deuses semi-humanos deram lugar aos estudos físicos que perseguem uma teoria unificada.
 - (D) a desobrigação de pensar foi a principal razão para que os homens da Antiguidade cultuassem tantos deuses.
 - (E) os físicos espelham-se nos teólogos a cada vez que buscam formular uma teoria unificada do universo.

13. Deve-se entender por *deduções empíricas da ciência primitiva* o que os antigos deduziam a partir
- (A) dos princípios que viriam a constituir as religiões monoteístas.
 - (B) da imaginação mais fantasiosa e mais especulativa.
 - (C) da aplicação de métodos pragmáticos e objetivos de observação.
 - (D) de suas experiências e das observações da realidade imediata.
 - (E) das religiões arcaicas que sistematizavam a compreensão do mundo.

14. A teoria unificada é uma velha obsessão humana, buscam a teoria unificada tanto os físicos como os teólogos, todos veem a teoria unificada como a meta final do conhecimento, todos atribuem à teoria unificada a virtude de uma totalização definitiva.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente,

- (A) a buscam - veem-na - a atribuem
- (B) buscam-lhe - veem-na - lhe atribuem
- (C) buscam-na - veem-lhe - atribuem-lhe
- (D) a buscam - veem-na - atribuem-na
- (E) buscam-na - a veem - lhe atribuem

15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) O maior dos desafios que se (**propor**) a enfrentar os cientistas é uma teoria unificadora do Universo
 - (B) O que aos físicos e religiosos (**importar**) são as vantagens de um conhecimento que propicie a visão unificada do mundo.
 - (C) Embora não se (**dever**) às primeiras deduções empíricas o avanço da ciência atual, elas não deixaram de traduzir a ânsia de conhecimento.
 - (D) Entre tantas coisas que (**desejar**) alcançar a investigação humana, a teoria unificada é por certo a mais perseguida.
 - (E) É comum que se (**atribuir**) aos cientistas a tarefa de elucidar os grandes enigmas do Universo.

**Noções de Informática**

16. O tipo mais comum de conexão à Internet, considerada banda larga por meio de linha telefônica e normalmente oferecida com velocidade de até 8 Mbps, utiliza a tecnologia
- (A) RDIS.
(B) ADSL.
(C) Dial Up.
(D) HFC Cable.
(E) ISDN.
17. NÃO é um serviço provido pelos servidores DNS:
- (A) Realizar a distribuição de carga entre servidores Web replicados.
(B) Traduzir nomes de hospedeiros da Internet para o endereço IP e subjacente.
(C) Obter o nome canônico de um hospedeiro da Internet a partir de um apelido correspondente.
(D) Obter o nome canônico de um servidor de correio a partir de um apelido correspondente.
(E) Transferir arquivos entre hospedeiros da Internet e estações clientes.
18. A criptografia utilizada para garantir que somente o remetente e o destinatário possam entender o conteúdo de uma mensagem transmitida caracteriza uma propriedade de comunicação segura denominada
- (A) não repudição.
(B) autenticação.
(C) confidencialidade.
(D) integridade.
(E) disponibilidade.
19. O barramento frontal de um microcomputador, com velocidade normalmente medida em MHz, tem como principal característica ser
- (A) uma via de ligação entre o processador e a memória RAM.
(B) uma arquitetura de processador que engloba a tecnologia de processos do processador.
(C) um conjunto de *chips* que controla a comunicação entre o processador e a memória RAM.
(D) uma memória ultra rápida que armazena informações entre o processador e a memória RAM.
(E) um *clock* interno que controla a velocidade de execução das instruções no processador.
20. Uma única face de gravação, uma trilha de gravação em forma de espiral e a possibilidade de ter conteúdo editado, sem ter de apagar todo o conteúdo que já estava gravado, são características de um DVD do tipo
- (A) DVD+RW DL.
(B) DVD-RAM.
(C) DVD-RW.
(D) DVD+RW.
(E) DVD-RW DL.
21. Cada componente do caminho E:\ARQUIVOS\ALIMENTOS\RAIZES.DOC corresponde, respectivamente, a
- (A) diretório raiz, pasta, subpasta, extensão do arquivo e nome do arquivo.
(B) extensão do arquivo, nome do arquivo, pasta, subpasta e diretório raiz.
(C) extensão do arquivo, pasta, subpasta, nome do arquivo, e diretório raiz.
(D) diretório raiz, nome do arquivo, pasta, subpasta, e extensão do arquivo.
(E) diretório raiz, pasta, subpasta, nome do arquivo e extensão do arquivo.
22. O cabeçalho ou rodapé pode conter, além de número da página, a quantidade total de páginas do documento MS Word, escolhendo o modelo Página X de Y inserido por meio da aba
- (A) *Layout* da página, do grupo Número de página e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
(B) Inserir, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Número da página.
(C) Inserir, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
(D) *Layout* da página, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Número da página.
(E) *Layout* da página, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
23. As "Linhas a repetir na parte superior" das planilhas MS Excel, em todas as páginas impressas, devem ser referenciadas na caixa Configurar página e aba Planilha abertas pelo botão
- (A) Imprimir títulos, na aba *Layout* de página.
(B) Imprimir área, na aba inserir.
(C) Imprimir títulos, na aba inserir.
(D) Inserir quebra de página, na aba Inserir.
(E) Imprimir área, na aba Inserir.



24. Dadas as células de uma planilha do BrOffice.org Calc, com os conteúdos correspondentes: A1=1, B1=2, C1=3, D1=4 e E1=5, a função =SOMA(A1:D1!B1:E1) apresentará como resultado o valor
- (A) 15.
 - (B) 14.
 - (C) 10.
 - (D) 9.
 - (E) 6.

25. Um texto relacionado em um documento do editor BrOffice.org Writer e definido com a opção de rotação a 270 graus será girado em
- (A) 270 graus para a direita.
 - (B) 90 graus para a esquerda.
 - (C) 90 graus para a direita.
 - (D) 60 graus para a esquerda.
 - (E) 60 graus para a direita.

Organização do Ministério Público

26. Nos termos da legislação estadual pertinente, a falta disciplinar cometida por membro do Ministério Público de Sergipe que também seja definida como crime
- (A) não é passível de punição na esfera administrativa.
 - (B) prescreve juntamente com a ação penal.
 - (C) prescreve em 2 anos, se punível com advertência ou censura.
 - (D) prescreve em 3 anos, se punível com suspensão.
 - (E) prescreve em 4 anos, se punível com demissão ou perda do cargo.
27. Na hipótese de acumulação ilegal de cargo ou função pública, fica o Procurador de Justiça de Sergipe sujeito a sanção de
- (A) disponibilidade, por interesse público, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
 - (B) censura, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
 - (C) suspensão, a ser aplicada pelo Procurador-Geral de Justiça.
 - (D) censura, a ser aplicada pelo Procurador-Geral de Justiça.
 - (E) suspensão, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

28. Considere as seguintes afirmações sobre disposições gerais da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público:
- I. Lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Tribunais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
 - II. A organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios serão objeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União.
 - III. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
 - IV. As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, não se sujeitando o Ministério Público à competência dos Tribunais de Contas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

29. Sobre a disciplina dos procedimentos para apuração de infração disciplinar de membro do Ministério Público, prevê a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Sergipe que
- (A) deve ser adotado o processo administrativo sumário, quando cabíveis as penas de advertência e censura.
 - (B) a apuração é feita mediante processo administrativo ordinário, quando a caracterização da falta funcional depender de prévia apuração.
 - (C) todo processo deve ser precedido de sindicância, para apuração de falta disciplinar, independentemente da natureza da falta ou das circunstâncias do caso.
 - (D) sindicância é cabível nas hipóteses de aplicação das penas de suspensão, disponibilidade por interesse público e demissão, enquanto perdurar o estágio probatório.
 - (E) deve ser instaurado processo administrativo sumário, como condição de processo administrativo ordinário, na hipótese de ato que possa acarretar a perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.

30. Relativamente ao Conselho Superior do Ministério Público do Sergipe, prevê a Lei Orgânica estadual que
- (A) o mandato dos representantes da classe junto ao Conselho Superior será de dois anos, sendo vedada a reeleição.
 - (B) é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que é seu Presidente, e por três Procuradores de Justiça.
 - (C) suas deliberações serão sempre tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
 - (D) a eleição dos representantes da classe junto ao Conselho Superior será realizada anualmente, na primeira quinzena de dezembro.
 - (E) suas decisões serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes, aplicando-se as hipóteses de impedimento e suspeição previstas em lei.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração de Recursos Humanos**

31. Na teoria motivacional de Maslow, a necessidade das pessoas de se sentirem valorizadas pelos que as rodeiam representa o tipo de necessidade
- (A) de auto-realização.
(B) fisiológica.
(C) de estima.
(D) de segurança.
(E) social.
32. Segundo Herzberg, que ressaltou a importância da motivação no trabalho, a possibilidade de aumento de *status* ou mesmo de posição social é uma determinante motivacional associada
- (A) à responsabilidade.
(B) ao desenvolvimento pessoal.
(C) à realização.
(D) à possibilidade de crescimento.
(E) ao trabalho em si.
33. Valores, ritos, mitos e tabus são componentes
- (A) das variáveis estratégicas não controláveis.
(B) dos objetivos e metas.
(C) do planejamento estratégico organizacional.
(D) da gestão por competências.
(E) da cultura organizacional.
34. O elemento organizacional que serve para clarificar e comunicar os objetivos e os valores básicos e orientar as atividades da organização é denominado
- (A) missão.
(B) política operacional.
(C) visão.
(D) estratégia.
(E) indicador.
35. Tempo-padrão, especialização do operário e ênfase na eficiência são princípios de administração da escola
- (A) das relações humanas.
(B) neoclássica.
(C) clássica.
(D) científica.
(E) da burocracia.
36. Segundo Fayol, a definição dos objetivos organizacionais e dos caminhos a serem percorridos para que sejam alcançados relacionam-se com a seguinte função administrativa:
- (A) comando.
(B) planejamento.
(C) controle.
(D) organização.
(E) coordenação.
37. Organizações regidas por normas, leis estatutos e regimentos escritos que definem seu funcionamento têm por fundamento a escola
- (A) da burocracia.
(B) estruturalista.
(C) clássica.
(D) científica.
(E) sociotécnica.
38. Em recursos humanos, o conjunto de princípios e diretrizes para adequar o comportamento das pessoas e reger as relações delas com as organizações, denomina-se
- (A) procedimentos.
(B) planejamento.
(C) práticas.
(D) políticas.
(E) desenvolvimento.
39. As políticas que definem os procedimentos de recrutamento, seleção, integração e ambientação são políticas de
- (A) cargos.
(B) avaliação de desempenho.
(C) relações trabalhistas.
(D) remuneração.
(E) provisão.
40. Ao grupo de atividades realizadas em uma sequência lógica com o objetivo de produzir bem ou serviço que tem valor para um grupo específico de clientes atribui-se o nome de
- (A) *kaizen*.
(B) insumos.
(C) processo.
(D) *just-in-time*.
(E) qualidade total.
41. Na definição da hierarquia de processos, o macroprocesso tem relevância
- (A) estratégica.
(B) sistêmica.
(C) tática.
(D) operacional.
(E) tecnológica.
42. No processo de recrutamento interno, a promoção é um tipo de movimentação
- (A) indireta.
(B) vertical.
(C) horizontal.
(D) vertical e horizontal.
(E) horizontal direta.
43. Na seleção de pessoas, o teste que avalia a habilidade de manipular objetos e utilizar ferramentas é chamado de teste de aptidão
- (A) racional.
(B) visual.
(C) cognitiva ou mental.
(D) psicomotora.
(E) multifatorial.



44. Autoridade, obediência, liderança, autogestão, disciplina e autonomia são ingredientes que se combinam em várias dosagens para influenciar o comportamento das pessoas nas organizações. Um maior grau de autogestão, disciplina e autonomia na organização caracteriza um modelo de administração

- (A) diretivo-participativa.
- (B) tecno-mecanicista.
- (C) diretiva.
- (D) diretivo-autoritária.
- (E) participativa.

45. No campo da teoria das organizações, a teoria que trata de eventos dinâmicos com alguma probabilidade de ocorrência, ou incerteza quanto à sua concretização, é chamada de teoria

- (A) do caos.
- (B) da contingência.
- (C) holística.
- (D) neoclássica.
- (E) da administração por objetivos.

Administração de Recursos Materiais Patrimoniais

46. Os materiais que devem permanecer em estoque, o volume de estoque que será necessário para um determinado período e quando os estoques devem ser reabastecidos são pressupostos que fundamentam

- (A) o sistema de produção contínua.
- (B) o dimensionamento de estoques.
- (C) a classificação de materiais.
- (D) o arranjo físico.
- (E) o sistema de produção em lotes.

47. O levantamento físico dos materiais e patrimônio existentes na organização para efeito de confrontação periódica com os dados indicados nos fichários ou banco de dados de estoque e controle patrimonial denomina-se

- (A) ponto de pedido.
- (B) *follow-up* físico.
- (C) curva ABC.
- (D) inventário físico.
- (E) média móvel patrimonial.

48. A etapa em que o órgão de compras assegura-se de que a entrega do material será feita dentro dos prazos estabelecidos e na quantidade e qualidade negociadas denomina-se

- (A) análise das requisições.
- (B) análise de valor.
- (C) recebimento de materiais.
- (D) pesquisa e seleção de fornecedores.
- (E) seguimento de pedidos.

49. O consumo médio anual de um determinado item é de 6.000 unidades. O seu estoque médio mensal é de 600 unidades. O índice de rotatividade desse item é igual a

- (A) 30.
- (B) 20.
- (C) 15.
- (D) 10.
- (E) 5.

50. O estoque médio mensal de um determinado item é de 3.000 unidades. São consumidas mensalmente 1.000 unidades. A taxa de cobertura desse item é igual a

- (A) 3.
- (B) 9,33.
- (C) 6,33.
- (D) 6.
- (E) 0,33

51. Na administração de materiais e patrimônio, o princípio que se baseia no fundamento de que a maior parte do investimento está concentrada em um pequeno número de itens denomina-se

- (A) estoque máximo.
- (B) estoque mínimo.
- (C) *supply chain*.
- (D) reposição periódica.
- (E) classificação ABC.

52. A técnica de programação de materiais e patrimônio que permite entregá-los na quantidade certa, no tempo certo e no ponto certo denomina-se

- (A) *just-in-time*.
- (B) estoque mínimo.
- (C) estoque de segurança.
- (D) *kaizen*.
- (E) qualidade total.

Instruções: Utilize as informações seguintes para responder às questões de números 53 e 54.

A organização Alfa tem os seguintes dados de administração de materiais:

Material	Cartucho de tinta para impressora
Estoque reserva	10 unidades
Consumo médio do material	10 unidades por dia
Tempo de espera médio, em dias, para reposição do material	7 dias
Lote de compra	200 unidades

53. O estoque mínimo a ser mantido, em unidades, para o material especificado é

- (A) 280.
- (B) 270.
- (C) 140.
- (D) 80.
- (E) 70.

54. O estoque máximo ideal a ser mantido, em unidades, para o material especificado é

- (A) 900.
- (B) 700.
- (C) 280.
- (D) 270.
- (E) 170.



<p>55. No processo de avaliação de estoque, quando a saída do estoque é feita pelo preço do último lote a entrar no almoxarifado o método de avaliação utilizado denomina-se</p> <p>(A) custo ajustado. (B) UEPS ou LIFO. (C) PEPS ou FIFO. (D) custo médio. (E) custo de reposição.</p>	<p>59. Sobre as disposições constitucionais e aquelas contidas na Lei Complementar nº 101/2000 relativas ao Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o projeto de LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO. (B) o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para a totalidade das despesas de capital e outras delas decorrentes. (C) a LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orientará a elaboração da lei orçamentária anual. (D) a LDO disporá sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos. (E) a LOA conterá Anexo de Riscos Fiscais, com avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.</p>
<p style="text-align: center;">Administração Financeira e Orçamentária</p> <p>56. A legislação brasileira referente ao orçamento público define determinados princípios que devem ser respeitados no processo orçamentário. Um deles é o princípio da exclusividade, significando que a lei orçamentária</p> <p>(A) não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a qualquer elemento de despesa, exceções feitas aos programas especiais de trabalho. (B) discriminará os valores de receitas e despesas para um período anual, inclusive para as despesas de capital. (C) não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito. (D) compreenderá o orçamento fiscal, das entidades e órgãos da seguridade social e dos investimentos das empresas em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante. (E) discriminará as receitas e despesas pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções, inclusive aquelas referentes às transferências intergovernamentais.</p>	<p>60. Os valores monetários recebidos de operações de crédito com a finalidade de atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, cuja liquidação deve ocorrer, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano, constitui uma</p> <p>(A) receita extra-orçamentária. (B) despesa extra-orçamentária. (C) aumento de dívida ativa. (D) receita orçamentária. (E) redução de dívida fundada.</p>
<p>57. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a fase de execução da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, é denominada</p> <p>(A) recolhimento. (B) liquidação. (C) empenho. (D) licitação. (E) pagamento.</p>	<p>61. Uma receita que pode ser considerada como corrente é aquela oriunda</p> <p>(A) de transferências para cobrir despesas de capital. (B) da alienação de bens móveis. (C) da amortização de empréstimos concedidos. (D) do recebimento de dívida ativa tributária. (E) de operações de crédito.</p>
<p>58. No processo de reforma da administração pública brasileira, têm sido apresentadas mudanças de impacto no processo de planejamento e orçamento, baseando-se na busca de uma administração menos burocrática e mais gerencial, com efetiva orientação para resultados. Neste sentido, há um esforço para integrar planos e orçamentos por meio de um instrumento de organização das ações governamentais, visando à concretização dos objetivos pretendidos pela gestão pública, denominado de</p> <p>(A) plano de governo. (B) projeto. (C) atividade. (D) programa. (E) operações especiais.</p>	<p>62. A classificação da despesa por categorias econômicas tem por finalidade indicar os efeitos que o gasto público tem sobre a economia. Como exemplo de despesa de capital, tem-se</p> <p>(A) a aquisição de material de consumo. (B) os salários dos professores da rede pública. (C) o pagamento de juros e encargos da dívida pública. (D) os dispêndios relacionados com a conservação de praças. (E) a aquisição de ações de empresas em funcionamento.</p>



63. No mês de setembro, o secretário de planejamento do município "B" certificou-se da necessidade de alterar o orçamento para a inclusão de despesas com reforma das escolas municipais que não haviam sido previstas, mas que naquele momento seria possível realizá-las, haja vista a existência de excesso de arrecadação devido ao crescimento econômico vivenciado pelo país durante o exercício financeiro. Neste caso, o Poder Executivo deveria
- (A) obter autorização legislativa e, em seguida, abrir créditos extraordinários, cuja vigência seria até o final do exercício seguinte desde que reabertos pelo seu saldo.
 - (B) obter autorização legislativa e, em seguida, abrir créditos especiais, cuja vigência seria até o final do exercício seguinte desde que reabertos pelo seu saldo.
 - (C) abrir créditos suplementares em conformidade com autorização na Lei Orçamentária Anual, os quais teriam vigência até o final do exercício em que foram abertos.
 - (D) abrir créditos extraordinários e, em seguida, dar conhecimento ao Poder Legislativo, os quais teriam vigência até o final do exercício em que foram abertos.
 - (E) abrir créditos especiais e, em seguida, obter autorização legislativa, tais créditos teriam vigência até o final do exercício em que foram abertos.

64. Considere os dados, abaixo, extraídos do Balanço Patrimonial de 31/12/X1 da Prefeitura Modelo:

	R\$ (mil)
Aplicações Financeiras	210
Ativo Real Líquido	1090
Bancos Conta Movimento	297
Bens Imóveis	590
Bens Móveis	365
Consignações	91
Depósitos de Diversas Origens – Caução	40
Dívida Ativa	490
Almoxarifado de Material de Consumo	100
Operações de Crédito Externa (longo prazo)	500
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	30
Restos a Pagar	201
Serviço da Dívida a Pagar	100

O Ativo Real era de, em milhares de reais,

- (A) 3142.
- (B) 3102.
- (C) 2143.
- (D) 2052.
- (E) 1562.

65. Todas as contas e respectivos valores do Balanço Financeiro referente ao exercício de X1 da Prefeitura Exemplo estão apresentados abaixo, com exceção do valor do Saldo para o Exercício Seguinte.

	R\$ (mil)
Saldo para o Exercício Seguinte	?
Saldo do Exercício Anterior	150
Restos a pagar (pagamento no exercício)	300
Restos a pagar (contrapartida da despesa a pagar)	200
Receitas de Capital	500
Receitas Correntes	1000
Despesa Orçamentária	1350
Depósitos Cauções (valores recebidos no exercício)	50
Consignações (valores retidos da folha de pagamento do exercício)	300
Consignações (recolhimentos no exercício)	250

Com base nas informações acima, o valor do Saldo para o Exercício Seguinte era de, em milhares de reais,

- (A) 350.
- (B) 300.
- (C) 250.
- (D) 200.
- (E) 100.

Direito Administrativo

66. Pregão é a modalidade licitatória própria para
- (A) alienação de bens inservíveis.
 - (B) contratação de serviços de natureza comum, desde que o valor total estimado da contratação não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
 - (C) contratação de serviços de natureza comum e obras de pouca complexidade, independentemente do valor.
 - (D) aquisição de bens e serviços de natureza comum, independentemente do valor.
 - (E) contratação de obras de pouca complexidade, desde que o valor total estimado, de acordo com o memorial descritivo constante do edital, não ultrapasse R\$ 80.000,00.
67. Constitui hipótese de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, a
- (A) permuta de bens móveis e imóveis.
 - (B) contratação de serviços ou aquisição de bens, por entidades da administração direta ou sociedade de economia mista, prestados ou produzidos por entidade integrante da mesma esfera de governo.
 - (C) alienação de ações, que poderão ser negociadas em bolsa de valores, de acordo com a legislação específica.
 - (D) contratação de profissional de notória especialização.
 - (E) contratação de serviços de publicidade.



<p>68. Utiliza-se a modalidade licitatória concorrência</p> <p>(A) apenas para alienação de bens imóveis e móveis acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), sendo incabível para obras, compras e serviços.</p> <p>(B) para compras e serviços acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), obras acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e para alienação de bens imóveis.</p> <p>(C) apenas para obras acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), sendo incabível para compras e serviços.</p> <p>(D) apenas para compras e serviços acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), sendo incabível para obras.</p> <p>(E) apenas para obras acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para compras e serviços acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), sendo incabível para alienação de bens de qualquer espécie.</p>	<p>71. Em uma concorrência pública, já ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes de proposta dos licitantes, vem ao conhecimento da comissão de licitação um fato superveniente que levaria à inabilitação de um dos licitantes. Nessa situação,</p> <p>(A) somente pela via judicial poderá o referido licitante ser afastado do certame.</p> <p>(B) a Administração deve anular o processo de licitação.</p> <p>(C) o licitante em questão pode ser desclassificado com base em tal fato, sem prejuízo para a validade do processo.</p> <p>(D) o licitante em questão não pode ser desclassificado com base em tal fato, eis que se operou a preclusão.</p> <p>(E) a Administração, embora não possa desclassificar o referido licitante, tem a faculdade de desconsiderar a proposta por ele apresentada.</p>
<p>69. Em relação às etapas da licitação, é correto afirmar que a</p> <p>(A) inversão das fases de habilitação e julgamento das propostas é admitida apenas na modalidade convite.</p> <p>(B) fase de habilitação deve sempre preceder a de julgamento das propostas, independentemente da modalidade licitatória.</p> <p>(C) inversão de fases de habilitação e de julgamento das propostas é admitida, a critério da comissão de licitação, independentemente da modalidade licitatória.</p> <p>(D) fase de classificação das propostas precede a de habilitação, na modalidade pregão.</p> <p>(E) fase de julgamento das propostas deve sempre preceder a de habilitação, nas modalidades pregão e concorrência pública.</p>	<p>72. A alienação de bens imóveis de propriedade da Administração direta e de entidades autárquicas e fundacionais, de acordo com a Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) independe da autorização legislativa na hipótese de bens avaliados abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).</p> <p>(B) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e licitação na modalidade concorrência, independentemente da forma de aquisição.</p> <p>(C) depende de avaliação, autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência, tomada de preços ou convite, de acordo com o valor do imóvel.</p> <p>(D) depende de prévia autorização legislativa, avaliação e licitação, afastados tais requisitos na hipótese de venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública.</p> <p>(E) poderá ser realizada pela modalidade de leilão, quando adquiridos pela Administração em razão de procedimento judicial ou dação em pagamento.</p>
<p>70. O regime disciplinar do servidor público, estabelecido de acordo com a Lei federal nº 8.112/90, estabelece que</p> <p>(A) a suspensão não poderá exceder 90 (noventa) dias e será aplicada em caso de reincidência de faltas punidas com advertência, ou de infração não sujeita a penalidade de demissão.</p> <p>(B) a penalidade de advertência, aplicada verbalmente, é cabível quando não caracterizada inobservância de dever funcional de natureza grave.</p> <p>(C) a demissão será aplicada apenas nas hipóteses de crime contra a administração pública e improbidade administrativa.</p> <p>(D) o servidor que, injustificadamente, se recusar a ser submetido a inspeção médica será punido com advertência.</p> <p>(E) a penalidade de suspensão poderá, a critério do servidor, ser convertida em multa.</p>	<p>73. Determinado servidor público foi condenado em processo administrativo, no qual lhe foi assegurada ampla defesa, à pena de demissão, pelo recebimento de propina. Tratando-se, também, de crime contra a Administração, foi instaurado o competente processo criminal, no qual o servidor foi absolvido em função do reconhecimento da inexistência material do delito de recebimento de propina. Diante da decisão no processo criminal, a decisão administrativa deverá ser</p> <p>(A) anulada, tendo em vista que a decisão administrativa fundou-se na prática do delito.</p> <p>(B) anulada, porque qualquer absolvição em sede penal deve repercutir na decisão administrativa.</p> <p>(C) mantida, em razão da autonomia das instâncias penal e administrativa.</p> <p>(D) mantida, pois diversos são os requisitos materiais do ilícito administrativo e do delito.</p> <p>(E) mantida, porque a absolvição em sede penal somente repercute na esfera administrativa quando fundada na negativa de autoria do fato.</p>



74. De acordo com a Lei federal nº 8.112/90, a nomeação de servidor público federal, em caráter efetivo, far-se-á para cargos
- (A) efetivos e em comissão, sempre precedida de concurso público.
 - (B) de provimento efetivo ou de carreira, sempre precedida de concurso público.
 - (C) de carreira, efetivos ou funções de confiança.
 - (D) exclusivamente de carreira, precedida ou não de concurso público.
 - (E) permanentes e temporários, precedida de concurso público.
75. A respeito das vantagens do servidor público federal, nos termos da Lei federal nº 8.112/90, é correto afirmar que
- (A) as indenizações somente se incorporam aos vencimentos nas hipóteses previstas em lei.
 - (B) as indenizações incorporam-se aos vencimentos para todos os efeitos, não podendo ser suprimidas em face do princípio da irredutibilidade salarial.
 - (C) a diária é a única vantagem de caráter indenizatório que se incorpora aos vencimentos.
 - (D) as gratificações e as indenizações, de qualquer natureza, não se incorporam aos vencimentos.
 - (E) as gratificações e os adicionais incorporam-se aos vencimentos e proventos, nas hipóteses previstas em lei.
- Administração Pública**
76. NÃO constitui característica do modelo de Administração Pública Burocrática, que tem entre seus principais expoentes Max Weber,
- (A) utilização de critérios eminentemente políticos para contratação e promoção de funcionários, em detrimento da avaliação por mérito.
 - (B) ênfase na ideia de carreira e profissionalização do corpo funcional público.
 - (C) estrutura hierárquica fortemente verticalizada, impessoalidade e formalismo.
 - (D) rigidez do controle dos processos, com predominância do controle da legalidade como critério de avaliação da ação administrativa (*due process*).
 - (E) rotinas e procedimentos segundo regras definidas a priori, em detrimento da avaliação por resultados.
77. O modelo de Administração Pública Gerencial tem como principais características
- (A) descentralização dos processos decisórios, horizontalização das estruturas organizacionais e supressão dos mecanismos de controle de processos.
 - (B) descentralização dos processos decisórios, redução dos níveis hierárquicos, competição administrativa no interior das estruturas organizacionais e ênfase no cidadão-cliente.
 - (C) concentração dos processos decisórios, aumento dos controles formais de processos e ênfase no cidadão-cliente.
 - (D) inversão do conceito clássico de hierarquia, com redução dos níveis superiores e aumento dos inferiores, que passam a ser dotados de total autonomia decisória.
 - (E) acentuação da verticalização das estruturas organizacionais, com aumento dos níveis hierárquicos superiores, onde se concentra todo o poder decisório.
78. Do ponto de vista do servidor público, a Administração Gerencial prioriza
- (A) o fortalecimento das carreiras formalmente estabelecidas, com garantia de ascensão preferencial dos servidores mais antigos.
 - (B) o abandono de modelos clássicos de carreira, estruturada em níveis, por evolução funcional horizontal, com acréscimos salariais decorrentes de participação nos resultados e gratificações por funções.
 - (C) o recrutamento por concurso público para carreiras eminentemente técnicas e por métodos de seleção diferenciados para profissionais que ocupem funções de liderança.
 - (D) o recrutamento e a promoção por avaliação de desempenho e o permanente controle de resultados aliado à autonomia dos servidores.
 - (E) a remuneração por desempenho, a constante capacitação e o sistema de promoção por mérito.
79. As denominadas Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs
- (A) são entidades privadas, cuja atuação é subsidiária à atuação pública no fomento a atividades comerciais e industriais.
 - (B) pertencem originalmente ao setor privado e, após receberem a correspondente qualificação, passam a ser consideradas entidades públicas.
 - (C) integram a estrutura da Administração, como entidades descentralizadas, atuando em setores essenciais, porém não exclusivos do Estado, tal como saúde e educação.
 - (D) são entidades do setor privado que, após receberem a correspondente qualificação, passam a atuar em colaboração com a Administração, podendo receber recursos orçamentários.
 - (E) são entidades do setor privado, declaradas por lei como de interesse público, que gozam de privilégios fiscais.
80. O conceito de *accountability* liga-se a
- (A) prestação de contas da Administração e dos funcionários públicos perante a sociedade.
 - (B) mecanismos contemporâneos de elaboração das contas públicas.
 - (C) formas de elaboração do orçamento público pautadas pela responsabilidade fiscal.
 - (D) sistema gerencial de controle dos gastos públicos.
 - (E) metodologia gerencial norte-americana que inspirou a Reforma Administrativa implementada nos anos 90 pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE).
81. O Estado do Bem-Estar Social, também denominado *Welfare State*, caracteriza-se
- (A) pelo “enxugamento” da máquina administrativa, busca de estabilidade fiscal e transparência nos gastos públicos.
 - (B) pelo denominado “Estado mínimo”, com atuação apenas na preservação da propriedade e da segurança.
 - (C) pela função de fomento da iniciativa privada nas áreas de interesse social, em substituição à atuação direta do Estado.
 - (D) pela intervenção direta no domínio econômico, com vistas à produção de bens e serviços à população.
 - (E) pela intervenção direta apenas em setores essenciais, como saúde e educação, e fomento à iniciativa privada para atuação em atividades próprias de mercado.



<p>82. O conceito de “publicização”, idealizado pela Reforma do Aparelho do Estado, significa</p> <p>(A) a transferência compulsória ao poder público de atividades originalmente de responsabilidade do Estado, como saúde e educação.</p> <p>(B) a estatização de atividades estratégicas.</p> <p>(C) a transferência de atividades antes desempenhadas por entes públicos, especialmente na área social, a entidades privadas sem fins lucrativos.</p> <p>(D) a ampliação da atuação direta do Estado na área social e a redução da sua atuação em setores produtivos.</p> <p>(E) o movimento de ampliação das informações à sociedade acerca da atuação da Administração.</p>	<p>85. A Reforma Administrativa de 1967, implementada pelo Decreto-lei federal nº 200,</p> <p>(A) priorizou a atuação do Estado no fomento e regulamentação dos setores produtivos e a sua retirada como prestador direto de serviços públicos.</p> <p>(B) cerceou a autonomia das entidades integrantes da Administração indireta, submetendo-as às mesmas regras previstas para a Administração direta, como licitações e concurso público.</p> <p>(C) retomou o processo de centralização da atuação administrativa.</p> <p>(D) introduziu mecanismos de parceria com instituições privadas sem fins lucrativos.</p> <p>(E) desencadeou um movimento de descentralização da atuação estatal, com a transferência de atividades a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.</p>
<p>83. O modelo de Estado subsidiário contempla:</p> <p>(A) retomada do modelo de Estado liberal, também denominado “neoliberal”, voltado apenas para a preservação das liberdades individuais e da propriedade privada.</p> <p>(B) ênfase na descentralização, nas funções de fomento, coordenação e regulação, com atuação direta do poder público nas áreas onde a iniciativa privada mostre-se deficitária.</p> <p>(C) atuação preferencial do Estado nos setores produtivos e forte política de subsídios públicos à iniciativa privada.</p> <p>(D) ênfase nas funções de fomento à iniciativa privada para atividades sociais e na atuação direta do Estado na prestação direta de serviços públicos e produção de bens à população.</p> <p>(E) retirada do Estado das funções de produção de bens e prestação de serviços públicos, passando a atuar apenas nas funções de coordenação, regulação e fomento.</p>	<p style="text-align: center;">Legislação Estadual e Previdenciária</p> <p>86. Compõe a base de cálculo da contribuição para a previdência:</p> <p>(A) abono anual por período de benefício, vencimento do cargo efetivo e soldo da graduação.</p> <p>(B) salário-família, ajuda de custo para formação de dependentes e salário nominal.</p> <p>(C) diária para viagem e serviço externo, abono anual por período de benefício e salário nominal.</p> <p>(D) adicional noturno, soldo do posto e de graduação e diária para viagem e serviço externo.</p> <p>(E) prêmio, ajuda de custo e vencimento do cargo efetivo.</p>
<p>84. NÃO se inclui entre as principais causas que levaram à Reforma do Aparelho do Estado, implementada no Brasil nos anos 90, a</p> <p>(A) a incapacidade do governo de gerar poupança interna e com isso realizar os investimentos públicos demandados pela sociedade.</p> <p>(B) crise fiscal, caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pelo esgotamento da poupança pública.</p> <p>(C) intenção de ampliar a intervenção direta do Estado no domínio econômico, dada a crescente demanda da sociedade por bens e serviços públicos.</p> <p>(D) necessidade de implementação de uma política de ajuste fiscal, como consequência do cumprimento de obrigações com organismos internacionais.</p> <p>(E) a crise do modelo burocrático de administração, permeado por práticas patrimonialistas e clientelistas.</p>	<p>87. A análise técnica para avaliação do equilíbrio atuarial dos planos de benefícios, deve ser efetuada</p> <p>(A) mensalmente, desde que os resultados da entidade se apresentem deficitários.</p> <p>(B) sempre que houver resultado negativo entre as contribuições e os pagamentos de benefícios.</p> <p>(C) semestralmente, mediante assembleia dos participantes, concordando com a avaliação atuarial dos planos de benefícios.</p> <p>(D) trimestralmente, com avaliação do fluxo financeiro e do resultado econômico da entidade.</p> <p>(E) anualmente, permitindo estabelecer o plano de custeio.</p> <p>88. A gestão econômico-financeira dos recursos garantidores deve garantir a correspondência entre as disponibilidades e exigibilidades</p> <p>(A) no início do período de benefício.</p> <p>(B) no período contributivo.</p> <p>(C) durante o período de formação do fundo.</p> <p>(D) permanentemente, enquanto existir os planos.</p> <p>(E) no período de formação da reserva remunerada.</p>



89. José, servidor público do Estado de Sergipe, participante do RPPS/SE, afastou-se de suas atividades por motivo de doença, por 15 dias. Quarenta dias após, teve que afastar-se novamente por motivo de doença. Nesse caso, José passaria a ter direito ao benefício de auxílio-doença a partir
- (A) desde o primeiro dia de afastamento, por ser uma cobertura especial prevista no plano.
 - (B) do primeiro dia do novo afastamento, por ser considerado o período anterior de 15 dias.
 - (C) do segundo dia do novo afastamento, por ser considerado como período coberto somente a partir do 16º dia.
 - (D) após 15 dias do novo afastamento, por tratar-se de nova contagem.
 - (E) após 16 dias do novo afastamento, por tratar-se de nova contagem.
90. Com relação à determinação de tempo de contribuição no sistema RPPS/SE, NÃO pode ser considerado na contagem, o tempo de contribuição
- (A) no Regime Geral de Previdência Social.
 - (B) na administração pública federal.
 - (C) na atividade privada simultaneamente.
 - (D) na atividade pública Estadual.
 - (E) a outros sistemas de Previdência Municipal.
91. São procedimentos a serem observados em caso de irregularidades na concessão ou manutenção de benefícios no RPPS/SE:
- I. Suspensão do benefício, mediante ato específico, publicado no Diário Oficial do Estado, notificando o beneficiário por via postal para oferecer defesa.
 - II. Apresentação por parte do beneficiário de defesa, no prazo de 30 dias, representado por advogado.
 - III. O benefício deve ser mantido suspenso, mesmo que não tenha sido efetuado defesa; deve ser efetuada notificação judicial e, caso a notificação não seja respondida, o benefício deve ser suspenso.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
92. As contribuições dos segurados NÃO são devidas, quando
- (A) houver cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.
 - (B) em disponibilidade.
 - (C) em gozo de benefícios.
 - (D) o segurado civil permanecer em atividade após adquirir o direito à aposentadoria integral.
 - (E) membros ativos da magistratura e do ministério público.
93. A taxa de administração de 2%, destinada a manutenção do Regime RPPS/SE, incide sobre
- (A) o montante dos aportes efetuados pelas entidades e pelos segurados no exercício.
 - (B) o montante dos recursos que compõem o Fundo; e cobrada anualmente sobre a média dos valores mensais.
 - (C) a parte das contribuições efetuadas pelas entidades participantes do sistema no exercício anterior.
 - (D) o valor total dos proventos, pensões e demais benefícios pagos aos segurados e beneficiários no exercício financeiro anterior.
 - (E) o valor global dos recursos aportados no Fundo, deduzidos os rendimentos gerados no exercício anterior.
94. Os valores recolhidos em atraso pelo Estado, representado através dos seus Poderes e Órgãos constituídos, inclusive o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado, e suas Autarquias e Fundações Públicas, deve ser o valor original
- (A) acrescido de juros e atualizações, em conformidade com os ganhos alcançados pelas aplicações dos recursos que compõe o fundo, de forma a permitir o equilíbrio atuarial.
 - (B) atualizado por juros e correção monetária, uma vez que não é permitido instituir penalidades a entidades públicas.
 - (C) complementado, somente caso haja desequilíbrio atuarial, uma vez que não pode ser imputado ao Estado multa, juros e correção.
 - (D) acrescido de juros e multa, sempre que ultrapassar o exercício financeiro em que a contribuição não foi efetuada. Caso contrário, deve-se fazer o recolhimento pelo valor original.
 - (E) acrescido de juros, multa e atualizações sobre o valor original, aplicando-se o mesmo procedimento legal previsto nas hipóteses de não pagamento de tributos estaduais.
95. João exercia a função de professor, com ingresso regular na carreira do magistério, em 15 de dezembro de 1988, quando da publicação da Emenda Constitucional nº 20. Nesse caso, o tempo de exercício da profissão até a data da promulgação da Emenda, para concessão de aposentadoria de João pelo regime do RPPS/SE, terá um acréscimo na contagem do período respectivo de
- (A) 20,0%.
 - (B) 17,0%.
 - (C) 13,0%.
 - (D) 5,0%.
 - (E) 3,5%.
96. O segurado civil, homem, com 30 anos de contribuição e mulher com 25 anos, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, mas que desejar continuar em atividade, terá direito a um abono de permanência correspondente
- (A) a 8% do salário de contribuição previdenciária.
 - (B) a um salário nominal por ano.
 - (C) ao valor da sua contribuição previdenciária.
 - (D) a 20% do salário nominal por mês.
 - (E) a 13% do benefício a que teria direito.



97. NÃO é devida a aposentadoria por Invalidez Permanente com salário integral, no sistema RPPS-SE, quando a invalidez decorrer
- (A) de acidente no deslocamento ao trabalho.
 - (B) de doença grave.
 - (C) acidente em serviço.
 - (D) acidente em férias.
 - (E) doença contagiosa.

98. Com relação à inclusão de dependentes é correto afirmar que
- (A) os enteados não tem o direito de serem incluídos na relação de dependentes, por não possuírem a condição de dependente legal do segurado, podendo somente ser feita a inclusão da companheira ou companheiro.
 - (B) os pais do segurado não podem ser incluídos como dependentes, a não ser que sejam os únicos dependentes legais e que comprovem no ato do benefício, via judicial, esta condição.
 - (C) o segurado casado legalmente não pode incluir companheira ou companheiro, exceto se possuir certidão de casamento com averbação da separação judicial ou do divórcio.
 - (D) em nenhuma hipótese poderá se incluir dependente com idade superior a 21 anos, visto que a maioria jurídica extingue a qualificação de dependente.
 - (E) os irmãos gerados de casamentos diferentes, sejam do pai ou da mãe não podem ser incluídos como dependentes.

99. A licença para tratamento consiste em período de até
- (A) 24 meses, estabelecido ao segurado que obteve laudo de junta médica oficial do Estado de incapacidade, para se cuidar.
 - (B) 24 meses, que precede a aposentadoria por invalidez para tratamento da própria saúde.
 - (C) 12 meses, estabelecido ao segurado para tratamento de doença infectocontagiosa.
 - (D) 6 meses, para tratamento de doença grave com laudo de incapacidade temporária para o trabalho.
 - (E) 12 meses, estabelecido ao dependente com incapacidade permanente, que obteve atestado médico comprovando a incapacidade.

100. Em relação à pensão por morte considere:
- I. Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, estando desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos em qualquer hipótese.
 - II. Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.
 - III. Prescrevem as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data em que forem devidas, exceto para os dependentes menores ou incapazes.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) II e III apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) I, apenas.